

SindCVM

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CVM

SindCVM Informa

10 de junho de 2024



SindCVM



SindCVM



sindcvm.org.br

 MESA ESPECÍFICA

Novo adiamento de reunião por parte do governo expõe dificuldades na condução do processo negocial

SindCVM, SindSUSEP e representações do Ciclo de Gestão tinham encontro marcado com o MGI na próxima quarta-feira, 12; veja perspectivas em relação às demandas

Mais uma vez, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) adiou reunião da mesa negocial com o SindCVM, o SindSUSEP e representações do Ciclo de Gestão. A suspensão do encontro, que ocorreria na próxima quarta-feira, 12 de junho, expõe ainda mais as dificuldades do governo na condução das negociações com as carreiras.

Processo letárgico

A postura letárgica e por vezes omissa do Executivo já foi alvo de reiterados protestos por parte do Sindicato. É importante lembrar que, segundo as perspectivas iniciais, os diálogos na Mesa Específica e Temporária deveriam ter sido concluídos em um prazo de até seis meses. Todavia os servidores da CVM aguardam encaminhamentos efetivos por parte do MGI desde setembro de 2023, quando da primeira reunião da referida mesa.

Até o momento, poucas carreiras do Executivo Federal chegaram a termos finais e assinatura de acordo com o governo. Dentre elas estão os Especialistas do Banco Central do Brasil, que obtiveram reajustes de até 23%, com parcelas a serem implementadas em 2025 e 2026; a mudança da nomenclatura do cargo de Analista, para Auditor; e novas prerrogativas para o citado cargo.

Demandas e perspectivas

No último encontro, promovido em 16 de maio, a equipe da Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do MGI não apresentou avanços significativos em relação à pauta reivindicatória das carreiras da Comissão de Valores Mobiliários.

Dos itens elencados, na avaliação do SindCVM, a equiparação das tabelas remuneratórias dos Agentes Executivos e dos Auxiliares de Serviços Gerais com os seus correlatos no BC e na SUSEP é um ponto que traz perspectivas de resolução. Na reunião de maio entre as partes, os representantes da SRT se mostraram favoráveis à demanda.

A unificação das carreiras de nível superior, Inspetor e Analista, com a nomenclatura de Auditor, é outro ponto que pode apresentar avanços. O tema, conforme informado, é tratado pela CVM junto à Consultoria Jurídica (Conjur) do MGI. O entendimento da Conjur balizará a devolutiva da SRT sobre a questão.

No que se refere à remuneração, há a possibilidade de buscar, em uma eventual contraproposta, índice compatível com o acordado junto aos servidores do Banco Central. A oferta de qualquer percentual superior àquele, por parte do governo na mesa negocial, é muito pouco provável. Ainda em relação ao aspecto pecuniário, a concessão de retribuição por produtividade tem chances bastante remotas, uma vez que o MGI já sinalizou em diferentes oportunidades que não irá atender a petições neste sentido.

Na reunião de maio, o indicativo da SRT foi de intransigência também diante do pleito pelo nível superior para os Agentes Executivos.

Os sucessivos adiamentos das rodadas de diálogo e o cenário ainda incerto sobre parte de nossas reivindicações deixa clara a necessidade do recrudescimento das mobilizações do corpo funcional da CVM. Além da pronta remarcação da reunião que estava prevista para a próxima quarta-feira, o Sindicato cobrou nova agenda para tratar exclusivamente das demandas dos

servidores da Autarquia. O SindCVM busca apoio em outras frentes para destravar as negociações e segue esclarecendo, junto ao governo, as dúvidas que surgiram na última reunião.

Mais informações em breve.

 TRABALHO PARLAMENTAR

SindCVM empenha esforços pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

O SindCVM e as demais entidades do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) deram início, em maio, a uma série de diálogos na Câmara dos Deputados em prol da Proposta de Emenda à Constituição 6/2024. A matéria, conhecida como PEC Social, dispõe sobre a extinção gradual da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do setor público.

O presidente do Sindicato, Oswaldo Molarino Filho, integrou a força-tarefa, que visitou gabinetes de lideranças da Casa.

Nas reuniões, os representantes apresentaram um histórico sobre a luta em torno da extinção da taxaçoão previdenciária de aposentados e pensionistas, demonstrando que a PEC Social traz avanços em relação ao texto da PEC 555/2006, de modo que torna-se mais “palatável” ao Legislativo. Argumentaram também que a aprovação da matéria trata-se de uma questão de justiça fiscal e

social com aqueles que dedicaram suas vidas ao atendimento das demandas da sociedade.

Durante as agendas, os dirigentes do Fonacate entregaram estudo produzido pelo Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), que analisa os impactos da PEC 6/2024 e elenca argumentos em favor de sua aprovação.

A proposta aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Após a chancela do colegiado, a PEC Social pode ser, com o aval do presidente da Casa, apensada à PEC 555/2006, que já encontra-se pronta para análise em Plenário.

A agenda de diálogos do Fórum segue. O tema também está em pauta na próxima assembleia geral do Fonacate, agendada para terça-feira, 11 de junho.

 NO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rogério Carvalho destaca necessidade de fortalecimento da CVM

Em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, no dia 5 de junho, o senador Rogério Carvalho (PT/SE) criticou a escalada de arrocho sobre órgãos de fiscalização e regulação, em especial a Comissão de Valores Mobiliários.

O congressista observou que a estrutura atual da Autarquia é insuficiente para dar conta de um mercado em franca expansão. “Nós precisamos dar uma atenção especial à CVM”, afirmou, ao destacar a necessidade da ampliação da capacidade técnica e dos quadros.

“O que nós precisamos é parar com esta história de estado mínimo e ter um estado do tamanho que dê conta de suas responsabilidades”, pontuou.

O SindCVM faz coro às palavras do senador e acrescenta que a valorização institucional também passa, necessariamente, pela recuperação das perdas acumuladas e pela equiparação dos patamares remuneratórios com carreiras de mesma importância estratégica para o país.

[Assista ao vídeo aqui.](#)

Frente Parlamentar

A agenda regulatória da CVM, a importância da valorização das suas carreiras e o consequente fortalecimento institucional serão temas de atuação da Frente Parlamentar Mista dos Reguladores do Sistema Financeiro Nacional. A expectativa é que a instalação ocorra ainda nesta semana, uma vez que o número necessário de assinaturas (198) foi atingido.

Recentemente, o presidente do SindCVM, Oswaldo Molarino Filho, e o diretor de Assuntos Parlamentares, Carlos Butler, se reuniram com o deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), que irá coordenar a Frente, para tratar do plano de trabalho. “Estamos pensando projetos para avançar cada vez mais em um país de crédito e oportunidades, que possa fortalecer a produção de riquezas e a

distribuição, e que enfrente as desigualdades”, destacou o deputado.

O trabalho pela coleta de assinaturas para instalação da Frente foi capitaneado pelo Sindicato.

 CARREIRAS DE ESTADO

Campanha Salarial e PEC 6/2024 estão na pauta da próxima assembleia do Fonacate

Na próxima terça-feira, 11 de junho, as entidades afiliadas ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado realizam assembleia geral para tratar, dentre outros temas, das campanhas salariais em andamento e da atuação em prol da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024.

Quanto a esse último item, o objetivo é encaminhar a intensificação do trabalho parlamentar e o lançamento de uma campanha de mídia, visando o esclarecimento dos interlocutores políticos e da sociedade como um todo sobre a justiça da demanda, para o segundo semestre.

No que diz respeito às tratativas salariais, será aberto espaço para o relato das entidades que estão em negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Até aqui, apenas os servidores do Banco Central e os Auditores Fiscais Federais Agropecuários já fecharam acordo, em ambos os casos com parcelas para 2025 e 2026. Outras carreiras integrantes do Ciclo de

Gestão e do Núcleo Financeiro, entre elas as da CVM, tiveram rodadas de tratativas nos últimos meses e estão na expectativa de uma proposta do MGI para os próximos dias.

A assembleia também vai avaliar a proposta do Grupo de Trabalho do Fonacate que debateu a regulamentação da liberação para mandato classista sem ônus para as entidades de classe.

Acompanhe mais informações nos canais oficiais do SindCVM.

Copyright © 2024 SindCVM.

Você pode [cancelar sua inscrição](#) .

